



SOS Racismo

0800-773-3886 é o número do telefone do serviço criado pelo Parlamento paulista para atuar no combate a todo tipo de discriminação e preconceito racial

Quem ainda acredita no mito da democracia racial no Brasil basta dar uma olhada no recente relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano Brasil) para verificar que há um fosso abismal entre o “Brasil negro” e o “Brasil branco”.

No ranking mundial, revela o PNUD, a Terra Brasilis do homem branco ocuparia a posição 44, o que a deixaria em pé de igualdade, por exemplo, com a Costa Rica. Já a versão negra do Brasil seria a 105ª nação em uma escala global –um território com as características socio-econômicas de El Salvador, e pior que o Paraguai.

O IDH é composto de variáveis que expressam as condições de vida de uma determinada população. Entram em seu cômputo parâmetros como taxa de mortalidade infantil, PIB per capita e taxa de escolaridade.

“Antigamente, quando dizíamos que havia preconceito racial no Brasil, éramos tachados de complexados. Divulgava-se a idéia de que não havia preconceito no país. A partir do momento em que nos enxergamos e detectamos quanto nossa socie-

dade é discriminatória, podemos agir para resolver os problemas raciais. Essa chaga do povo brasileiro, que prejudica grande parte das pessoas, impede que o negro tenha acesso a qualquer benefício social, excluindo-o de qualquer das melhorias de vida conquistadas pela sociedade. Isso é racismo institucional”, afirma Antonio da Silva Pinto, assessor da ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, como defensora da cidadania e da democracia, não poderia compactuar com esse quadro que envergonha qualquer civilização moderna. Para isso, instalou no final de setembro último, no Palácio 9 de Julho, o SOS Racismo, serviço para combater o

preconceito, a discriminação e a intolerância racial e cultural.

“O racismo é a negação do ser humano, é uma bestialidade. E agora, depois dos atentados de 11 de setembro, houve um recrudescimento dessa discriminação”, afirma o deputado federal Jamil Murad (PC do B), que em 1994, quando ocupava uma cadeira no Parlamento paulista, elaborou o projeto de resolução que criou o SOS Racismo.

O serviço só foi implantado porque houve uma determinação da Mesa Diretora para criar as condições para o seu funcionamento. Como destacam o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), e o primeiro-secretário, deputado Fausto Figueira (PT), desde a posse da atual direção da Casa, houve o comprometimento de se colocar em prática uma proposta surgida há 11 anos.

O SOS Racismo dispõe neste momento de um telefone para receber denúncias de preconceito, discriminação e intolerância racial. É o 0800-773-3886. Quatro atendentes recebem as queixas e as encaminham para instituições públicas, organizações não-governamentais e universidades que dão o apoio jurídico e psicológico às vítimas do ato discriminatório e preconceituoso. Em seus 93 dias de existência, o SOS Racismo recebeu 32 denúncias, média de uma a cada três dias.

“Agora, existe vontade política da Mesa Diretora da Casa e disposição para fazer funcionar realmente esse espaço. A forma como foi montada a estrutura do programa é uma marca que esta legislatura deixará para sempre na Assembléia”, ressalta o deputado Ítalo Cardoso (PT), coordenador do programa e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

A implantação do SOS Racismo contou com o apoio das seguintes instituições:

Conen (Coordenadoria Nacional de Entidades Negras), Unegro (União de Negros pela Igualdade), Instituto do Negro Padre Batista (em especial, padre Enes); Secretaria Estadual de Combate ao Racismo/ PT-SP, Osiashé (Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra), Conselho Nacional de Iyalorisás, Egonis e Ekedis Negras, MNU (Movimento Negro Unificado), Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), Fórum Estadual das Mulheres Negras, APN’s (Agentes de Pastoral Negros), Educafro, Soweto Organização Negra, Fala Negão, Afubesp (Associação dos Funcionários Banespa/Santander), gabinetes dos deputados Sebastião Arcanjo (Tiãozinho), Nivaldo Santana, Vicente Cândido, Renato Simões, Ítalo Cardoso, Ser Humano (Associação de Promoção Humana), Apeoesp, Pai Flávio de Yansan, Doné Kika de Bessen, Conpaz (Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz), Grupo de Negros, Negras e Políticas Públicas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

As sociedades paulista e brasileira podem comemorar, de fato, a iniciativa da Assembléia Legislativa, mas a festa só será completa, como bem diz o deputado Murad, quando o SOS Racismo for extinto. “Não precisaremos mais desse serviço porque não haverá razão para isso.” ■

SOS Racismo

0800-773-3886

Atendimento de segunda a sexta-feira das 9h às 19h

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera

Sala 03, subsolo

e-mail: sosracismo@al.sp.gov.br